

FHC decide esta semana futuro da rede Sarah

O presidente Fernando Henrique Cardoso tem até sexta-feira para vetar ou aprovar o item do Orçamento da União deste ano que exclui a rede de hospitais Sarah Kubitschek do Sistema Único de Saúde (SUS).

Se vetar a mudança, vai desagradar integrantes de sua base política, como o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e seu antecessor, senador José Sarney (PMDB-AP).

Os senadores estão entre os parlamentares que apóiam a tese do presidente da associação Pioneiras Sociais, responsáveis pela rede, Aloísio Campos da Paz, de que a vinculação ao SUS implicará queda de qualidade dos serviços oferecidos pelos quatro hospitais Sarah. Os defensores desta idéia querem que a rede fique vinculada diretamente ao Ministério da Fazenda.

Criado na Constituinte de 1988, o Sistema Único de Saúde começou a funcionar em 1990, um ano depois de aprovada a lei que regulamentou suas atribuições (gerenciamento do sistema de saúde do País).

CUSTOS

O deputado Saraiva Felipe (PMDB-MG) está tentando impedir que a rede Sarah seja excluída do SUS. Segundo ele, isso criará uma série de estruturas paralelas que prejudicarão a concepção de um sistema único de saúde. "Reconheço a excelência do atendimento da rede", afirmou. "Mas seus custos são tão elevados que seriam necessários R\$ 80 bilhões para reproduzir esse padrão em todos os hospitais do País."

O secretário de Assistência e Saúde do ministério, Antonio Werneck, informou que "tem indicativos" de que o presidente Fernando Henrique Cardoso vai vetar a mudança. Segundo ele, a alegação de Campos da Paz de que a vinculação ao SUS prejudicará a rede não tem cabimento.

Seu argumento é de que os hospitais chegaram à condição de modelo ligados ao sistema integrado de saúde e que o ministério não pretende mudar o tratamento dispensado à rede. "O respeito ao Sarah existe em todos os níveis", frisou. "Mas é preciso respeitar a integração técnica, administrativa e financeira de saúde disposta em lei", disse.

A emenda que permite à rede receber recursos diretamente do Ministério da Fazenda — este ano de R\$ 191.513.000 — foi apresentada pelo relator do Orçamento, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT). Foi aprovada dia 21 de janeiro pela diferença de um voto. O deputado Chico Vigilante (PT-DF) foi o único entre os oito deputados do PT que apoiou a transferência para o Ministério da Fazenda. "Votei com convicção".